

Os diádocos e as Relações Internacionais: o sistema helenístico ao fim do século IV a.C.

The diadochi and International Relations: the hellenistic system by the fourth century BC

Jorel Musa de Noronha Lemes

Mestrando em Relações Internacionais
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC MG
jorelemes@hotmail.com

Recebido em: 30/06/2020

Aprovado em: 11/08/2020

Resumo: As abordagens tradicionais no campo das Relações Internacionais são caracterizadas pelo ahistoricismo e por uma ênfase no Tratado de Vestfália, de 1648, como data fundadora do Sistema Internacional. Não obstante, estas abordagens são continuamente contestadas por novos pesquisadores no campo e, à luz desta perspectiva, a proposta deste artigo é analisar o sistema helenístico ao fim do século IV a.C., com o objetivo de descobrirmos as suas características e visando identificar se este sistema pode ser caracterizado como um Sistema Internacional. Isto sendo feito, o sistema helenístico foi caracterizado por sua bidimensionalidade, alta capacidade de interação e, também, pela presença da lógica da anarquia, da balança de poder e da predominância da política de poder. Por fim, conclui-se que a investigação de Sistemas Internacionais de outrora é passível de contribuir à abordagem realista das R.I, sendo necessária a revisão do paradigma vestfaliano e da tendência ao ahistoricismo para se alargar o campo de estudo desta vertente teórica e, em última instância, evoluir com as pesquisas do fenômeno do Sistema Internacional.

Palavras-chave: Diádocos; Relações Internacionais; Sistema Internacional.

Abstract: The mainstream approaches in the field of International Relations are characterized by their ahistoricism and their emphasis in the treaty of Westphalia, in 1648, as a founding date of the International System. Nevertheless, these approaches are steadily contested by new researchers in the field and, in light of this perspective, in this article it is intended to analyse the hellenistic system by the end of the fourth century BC, with the objective of identifying its characteristics and if it can, indeed, be portrayed as an International System. This being achieved, the hellenistic system was characterized by its bidimensionality and high interaction capacity, as well as by the presence of the logic of anarchy, the balance of power and the predominance of power politics. Lastly, it was concluded that investigations of International Systems of yore are capable of contributing to the realist approach in International Relations, being thus required, in

order to increase the scope of study, a review of the westphalian paradigm and the ahistoricism trend.

Keywords: Diadochi; International Relations; International System.

Introdução

No campo das Relações Internacionais, há uma tendência de se ignorar a história até o ano de 1648. Neste ângulo, o Sistema Internacional, o qual é o objeto de estudo da disciplina, foi estruturado após a derrota habsburga na Guerra de Trinta Anos, o Tratado de Vestfália criando um sistema de atores políticos soberanos e unitários. Consequentemente, presume-se que o estudo da história anterior a este momento não contribui com a disciplina. Em contrapartida, atrelada a esta tendência vestfaliana está o rotineiro estudo anacrônico de eventos de outrora, a exemplo da guerra do Peloponeso, para a confirmação de inferências a respeito do Sistema Internacional contemporâneo (BUZAN; LITTLE, 2000).

Atualmente, novos pesquisadores contestam estas duas práticas. Assim, o objetivo do presente estudo consiste em estudar as características do sistema helenístico ao fim do século IV a.C., com o intuito de demonstrar as suas nuances e particularidades, ao passo em que se verifica também se este sistema pode ser de fato caracterizado como um Sistema Internacional. Para tal, será instrumentalizado o modelo de investigação de um sistema proposto por Buzan e Little (2000). Tendo em vista a possível confirmação de distintos Sistemas Internacionais, a generalização trans histórica de conclusões oriundas do sistema vestfaliano, e a negligência destes sistemas de outrora, é posta em xeque. Em última instância, por meio deste estudo é sugerido que a história é passível de contribuir para a disciplina de Relações Internacionais e especialmente à sua vertente realista, com estudos multidisciplinares, uma perspectiva histórica universal, e a revisão desta inclinação vestfaliana que chega a limitar excessivamente o campo.

Este estudo é composto por 5 seções, além da presente introdução e da subsequente conclusão. Na primeira seção são discutidas duas das principais tendências dominantes que atravessam o campo das Relações Internacionais, enquanto na segunda e terceira seção discute-se o conceito de Sistema Internacional e os critérios de sua definição. Depois, a quarta seção traz uma breve contextualização das guerras dos *diadokhoi*, os sucessores de Alexandre Magno. Por fim, na última seção está a nossa análise do sistema helenístico de 312 a.C. a 301 a.C., dividida em duas subseções, uma discutindo as unidades do sistema e a outra levantando os seus processos e características estruturais.

As datas de referência na disciplina de Relações Internacionais

De acordo com Nogueira e Messari (2005), as teorias de Relações Internacionais têm como propósito a formulação de métodos e conceitos que promovem o entendimento do funcionamento do Sistema Interacional. Enquanto campo acadêmico formal, a disciplina nasce no imediato pós-Primeira Guerra nas academias britânicas e estadunidenses, se espalhando para o resto do mundo com o ideal de se investigar as causas do fenômeno humano da guerra e, por conseguinte, impedir novas calamidades, semelhantes ao conflito de 1914 a 1918, de acontecerem. Esta data fundadora, entretanto, é crescentemente contestada no campo das Relações Internacionais, em conjunto com a outra influente data mencionada por pesquisadores nesta área: o ano de 1648 (CARVALHO; LEIRA; HOBSON, 2011).

Em 1648, a Guerra de Trinta Anos se encerrou e o Tratado de Vestfália fora acordado. Nas Relações Internacionais, este evento é comumente considerado como marco fundacional do Estado nacional moderno soberano e, conseqüentemente, do Sistema Internacional anárquico e das relações internacionais como um todo. De fato, proeminentes teóricos deste campo indicam esta data como sendo a de origem do Sistema Internacional moderno, a exemplo dos realistas Kenneth Waltz (WALTZ, 2010) e Hans Morgenthau (MORGENTHAU, 2001). Dito isso, esta narrativa é contestada por uma nova corrente de autores, que destacam que o Tratado de Vestfália resultou em um recuo da soberania estatal e que no ano de 1648 não se originou a soberania estatal e o Sistema Internacional, uma vez que ambos são anteriores a esta data, resultantes de várias transformações ao longo dos séculos (CARVALHO; LEIRA; HOBSON, 2011).

Na narrativa tradicional, Vestfália possui essa importância por ser a data em que a hierarquia imperial fora derrotada, dando criação a um Sistema Internacional com atores soberanos. Porém, nota-se que esta é uma visão eurocêntrica, focada no destino do Sacro Império Romano Germânico, e há de salientar que, nos séculos seguintes, os impérios foram a norma e não a exceção, eles sendo soberanos acima de um conglomerado de *polities* que não detinham total independência. Por outro lado, somente nos meados do século XX que o estado soberano se tornou a principal unidade política, com o fim dos impérios europeus (CARVALHO; LEIRA; HOBSON, 2011).

Por trás desta tradicional conclusão está a dicotomia entre império e soberania: a presença de um império, com pretensões imperialistas, e que se considera superior às outras entidades

políticas, é dita como cancelando a soberania destes outros Estados e, por conseguinte, eliminando a existência de um Sistema Internacional. Todavia, outros pesquisadores contestam esta ideia e a denominam de uma falsa dicotomia, uma vez que a variação de autonomia entre atores não necessariamente leva a uma única hegemonia dominante. Ademais, a Guerra de Trinta Anos não foi um resultado do imperialismo habsburgo: sua continuação e, especialmente, a sua intensificação, foram consequências do oportunismo de outros atores, os Estados envolvidos usufruindo da fragilidade habsburga para avançarem com seus interesses, a exemplo da Dinamarca, a França e a Suécia. Com isso, em nenhum momento suas soberanias estavam em disputa (OSIANDER, 2001).

Por fim, formou-se, do foco na soberania estatal pós-Revolução Francesa, a percepção de que os atores internacionais são inteiramente separados uns dos outros e que eles possuem seus comportamentos moldados singularmente pelos seus próprios interesses, resultando, assim, na incorporação da ideia do Estado-nação moderno pela disciplina de Relações Internacionais. Não obstante, séculos depois os Estados estão interligados em uma complexa rede internacional de governança, eles se constringendo mutuamente e praticando a cooperação. Em essência, a natureza do Sistema Internacional no início do século XXI é mais semelhante à natureza interna do Sacro Império Romano Germânico no século XVII, no que concerne a relação entre seus Estados membros, do que com aquele sistema observado após a revolução francesa (OSIANDER, 2001).

Por meio de investigações que contestam essa tendência vestfaliana, Teixeira e Scotelaro (2018), por exemplo, identificam a presença de um peculiar Sistema Internacional na idade do Bronze, no Oriente Próximo, e Buzan e Little (2000) afirmam que ao longo da história houve inúmeros Sistemas Internacionais, o primeiro sendo possivelmente aquele formado pelas relações entre as cidades da Suméria em 3500 a.C., na Mesopotâmia. Exposto isso, o propósito deste artigo é identificar se o sistema helenístico ao fim do século IV a.C. pode ser caracterizado como um Sistema Internacional, procurando-se observar as suas características fundamentais e identificar se ele pode contribuir à disciplina de Relações Internacionais e, especificamente, às teorias realistas deste campo.

Ampliando a definição de Sistema Internacional

Um sistema é um aglomerado de partes ou unidades, estas unidas entre si por meio de uma forma regular de interações. Neste sentido, há um padrão de interações dentro deste sistema,

mas, caso haja mudanças dentro dele, um sistema pode ser quebrado, dando origem a um outro tipo de sistema com outros padrões de interação (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2018).

Nas Relações Internacionais, há várias abordagens distintas sobre o conceito de Sistema Internacional. Os realistas consideram que o Sistema Internacional é anárquico e é composto por Estados similares em termos de suas soberanias e de seus arranjos institucionais internos, de modo que nenhum Estado interfere legitimamente nas questões domésticas de seus pares. Como o sistema é anárquico, ou seja, não há uma entidade hierarquicamente superior às suas unidades, a maneira de um Estado garantir a sua segurança é por meio da maximização do poder, e isto inevitavelmente resulta na eclosão de conflitos entre os Estados. Neste sentido, isto ocorre mesmo se o interesse de um Estado é somente a sua autopreservação, isto sendo denominado como o dilema de segurança (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2018).

Segundo Schmidt (2005), o que une diversos teóricos em um único grupo denominado de realista é a atenção dada à política de poder. Assim, os realistas consideram que o poder militar é aquele mais importante, já que é ele que protege a soberania de um Estado, seja por meio de conquistas ou de guerras defensivas, e isto resulta na predominância da política de poder no Sistema Internacional. Uma vez que o poder é distribuído desigualmente, os teóricos atribuem uma grande importância à configuração da estrutura sistêmica, em termos de sua polaridade: para os realistas, específicas configurações sistêmicas produzem um sistema mais estável. Neste sentido, para Waltz um sistema bipolar, em que dois Estados se sobrepõem sobre os outros, é mais estável que um sistema multipolar, ocorrendo-se menos conflitos (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2018).

Nota-se, entretanto, que não há unanimidade entre os teóricos a respeito de quais configurações sistêmicas são mais estáveis ou não (MINGST; ARREGUÍN-TOFT, 2018). Certos autores, da vertente da estabilidade hegemônica, concluem que a unipolaridade, ou seja, a hegemonia, é o sistema mais estável (SNIDAL, 1985), enquanto outros consideram que não apenas a polaridade que é importante, mas também o equilíbrio entre os polos, uma vez que um sistema multipolar homogêneo, em termos de distribuição de poder entre os polos, pode ser mais estável que um sistema multipolar desequilibrado (SCHWELLER, 1998).

Esta abordagem realista estreita a sua definição a ponto de ele ser considerado como existindo somente após o Tratado de Vestfália em 1648. Isto posto, esta abordagem é insuficiente para entender a maior parte da história. Ainda mais importante, ela possui falhas no auxílio do

entendimento do próprio sistema pós-Vestfália, uma vez que deixa de fora, exatamente por estas estreitas definições, as existentes variações nos: níveis de soberania, comportamentos e da natureza dos Estados. Consequentemente, para Buzan e Little a disciplina das Relações Internacionais é carente de uma perspectiva histórica global, e isto é evidente nas teorias dominantes desta disciplina (BUZAN; LITTLE, 2000).

Ao revisitarem o conceito de Sistema Internacional, Buzan e Little (2000) promovem uma distinção em setores com diferentes alcances, unidades e padrões de interação. Nesta visão, pode ser observado os seguintes recortes: o setor político-militar, o setor societário e o setor econômico. Por outro lado, há três fontes de explicações, trabalhadas na disciplina das Relações Internacionais, sobre o Sistema Internacional: os processos, a capacidade de interação, e a estrutura. Os processos informam um investigador a respeito dos padrões de interação observados entre as unidades constituintes de um sistema, e para as Relações Internacionais os padrões duradouros e recorrentes que ocorrem nas relações entre as unidades são o foco, com os fenômenos da guerra, a balança de poder e as alianças, por exemplo, nos dizendo as características do sistema como um todo (BUZAN; LITTLE, 2000).

No que lhe concerne, a capacidade de interação é a causa permissiva da estrutura, dos processos, e do sistema como um todo: se as unidades não estão interagindo entre si, não há um Sistema Internacional. A capacidade de interação define as possibilidades de interações entre as unidades, impactando seus tipos e suas intensidades. Esta capacidade é em si moldada pelos níveis tecnológicos, a exemplo de estradas, caravanas, navios e aviões, e pelas regras e valores compartilhados entre as unidades. Portanto, a capacidade de interação molda o tamanho de um sistema e a importância de cada setor, já que o setor político-militar requer uma alta capacidade devido os constrangimentos por trás da movimentação de um exército, enquanto o setor societário somente necessita da transferência de informações, e assim ele pode ter proeminência em um sistema com baixa capacidade de interação. Nota-se, entretanto, que esta capacidade pode se alterar dentro de um sistema, impactando os processos, a estrutura e as unidades com esta mudança (BUZAN; LITTLE, 2000).

A explicação estrutural, por sua vez, se refere aos princípios de ordenamento das unidades em um sistema, sendo sugerido que o comportamento destas unidades seja impactado pelo ambiente em que elas se situam. Neste sentido, a estrutura no setor econômico pode ser o mercado, enquanto no setor político-militar uma possibilidade é a anarquia. Apesar destas

estruturas serem distintas umas das outras, elas praticam o mesmo papel em um Sistema Internacional (BUZAN; LITTLE, 2000).

Buzan e Little (2000) recusam a ideia de que as unidades não podem ser diferentes em seus funcionamentos em um Sistema Internacional anárquico. Para Waltz, as unidades são fundamentalmente idênticas, variando somente as capacidades de cada uma (WALTZ, 2010). Todavia, ao terem uma abordagem histórica, a contestação desta afirmação neorrealista crucial, e os dois autores aceitam a presença de unidades distintas em termos de suas funções, como também em termos de seus arranjos institucionais. O primeiro se refere à diferenciação funcional entre as unidades, umas sendo totalmente independentes e outras não, a exemplo de vassalos e protetorados. Logo, esta distinção funcional está relacionada à soberania, e a presença de certos atores políticos que não possuem a total soberania não inibe a possibilidade de um Sistema Internacional anárquico (BUZAN; LITTLE, 2000). Isto posto, os sistemas de domínio e o da suserania são aqui aceitos, sendo: o primeiro, quando o poder e a autoridade de uma unidade dominante estende a áreas domésticas de outras, mas essas continuam mantendo uma identidade de um ator independente e; o segundo, quando uma unidade cede funções de governança à outra, porém mantendo-se a noção de anarquia, posto que estas unidades políticas estão separadas (WATSON, 1992).

A diferenciação em termos de arranjos institucionais está relacionada à forma em que as unidades estão construídas internamente. Estados-nação, impérios da antiguidade, civilizações nômades e cidades-estado todos possuem distintos arranjos internos, e estas diferenças não excluem a possibilidade de um Sistema Internacional composto por todas elas. Ademais, nota-se que em inúmeros casos onde as unidades com diferentes organizações internas praticam as mesmas funções no sistema (BUZAN; LITTLE, 2000).

Os critérios para a examinação de Sistemas Internacionais

Devido aos diferentes requerimentos logísticos que cada setor necessita, em termos de capacidade de interação, há três possibilidades de sistemas: o Sistema Internacional completo, com um alto nível de interação nos três setores; o Sistema Internacional econômico, englobando interações a nível econômico e societário, mas sendo carente de interações no setor político-militar; e o sistema pré-internacional, o qual é composto somente de interações socioculturais, este tipicamente observado em povos não-urbanos e tidos como primitivos. Não obstante, em um dado momento histórico, um Sistema Internacional econômico pode unir inúmeros Sistemas

Internacionais completos, eles coexistindo entre si. Enquanto isso, para que as interações sejam fundadoras de um sistema, é preciso que elas sejam substanciais, penetrando as unidades envolvidas, e que ocorram regularmente, ao ponto em que as pressões estruturais possam chegar às unidades (BUZAN; LITTLE, 2000).

Ademais, Sistemas Internacionais podem ser lineares ou bidimensionais. No primeiro caso, cada unidade interage exclusivamente com as suas vizinhas, ocorrendo uma corrente de interações que, em última instância, as unem em um único sistema. Alternativamente, sistemas bidimensionais são aqueles em que as unidades interagem com todas as outras, não somente com aquelas próximas geograficamente. No tópico das unidades, a definição usada por Buzan e Little (2000) é a de uma entidade, composta por vários grupos, organizações e indivíduos, capaz de um comportamento auto-direcionado e com um certo nível de coesão a ponto de ser um ator capaz da tomada de decisão. Nesta perspectiva, civilizações como um todo não são consideradas como unidades, enquanto clãs, cidades-estado e tribos são englobados nesta definição. Logo, em termos básicos há cinco tipos de unidades, elas podendo operar nos três tipos de sistemas: grupos de caçadores-coletores; tribos; cidades-estado; impérios; e Estados modernos. (BUZAN; LITTLE, 2000).

Isto posto, o objetivo será analisar, dado o recorte temporal de 312 a.C. a 301 a.C., os seguintes aspectos em nosso estudo: os tipos de unidades, as funções políticas destas unidades, a capacidade de interação do sistema, a dimensão do sistema, os processos do sistema e, por último, a estrutura sistêmica.

Há de se destacar ainda, que iremos focar na investigação do setor político-militar, uma vez que ele requer uma capacidade interacional superior àquela requerida pelos outros setores e, por isso, fortes interações neste setor também refletem a existência de interações econômicas e societárias (BUZAN; LITTLE, 2000). Outrossim, será procurado analisar nestas questões os cinco proeminentes *diadokhoi*, ou sucessores, como também outras unidades que de alguma forma interagiram com algum destes.

As guerras dos diádocos e as dinastias sobreviventes

Após oito anos de conflito, desde a morte de Alexandre Magno na Babilônia em 323 a.C., a facção de Pérdicas foi finalmente derrotada. Declarado regente do Império e comandante do exército imediatamente após a morte de Alexandre, Pérdicas havia procurado aumentar o seu poder exercendo controle sobre a família real. Eventualmente, uma rebelião de inúmeros líderes

macedônios – como Antípatro, sátrapa da Macedônia, Antígono Monoftalmo, sátrapa de Frígia, Panfília e Lícia, e Ptolomeu, sátrapa do Egito – teve sucesso e Pérdicas fora assassinado em 320 a.C. Todavia, seus apoiadores, como Eumenes de Cardia, continuariam lutando até 315 a.C., sendo finalmente derrotados por Antígono Monoftalmo (SANT ANNA, 2012). Com o fim das forças remanescentes da facção de Pérdicas, a chance de unificação do império macedônico havia se encerrado, pelo menos a curto prazo.

Assim, em 314 a.C. consolidam-se quatro principais comandantes macedônios: Cassandro, filho de Antípatro, na Macedônia e Grécia; Ptolomeu no Egito; Lisímaco na Trácia; e Antígono na Anatólia e Babilônia. Por causa da extensão do poder de Antígono, ele recebeu um ultimato para entregar certas regiões aos outros três, como também para ceder a Babilônia para seu antigo sátrapa, Seleuco. Ele se recusou e uma nova guerra, o terceiro conflito entre os sucessores de Alexandre, se eclodiu. Ao seu fim, em 311 a.C., Antígono derrotou e conseguiu uma paz em que os outros sátrapas aceitavam o seu domínio da Anatólia. Todavia, Seleuco havia conquistado a Babilônia e Antígono focou seus esforços na tentativa de sua reconquista, na qual ele fracassou. Logo, Antígono aceitou o domínio de Seleuco sobre a Babilônia e a Pérsia em 309 a.C. (ROMM, 2011).

Seleuco, sátrapa da Babilônia, se juntou aos outros quatro diádocos ao exercer poder *de facto* sobre grandes territórios. Com o assassinato da família real argéada nas mãos de Cassandro, e a continuidade do domínio destes líderes sobre seus territórios, estes cinco comandantes se declararam *basileus*, ou reis, a partir de 306 a.C. em meio a um quarto conflito entre eles. Inicialmente Ptolomeu, Cassandro e Antígono lutaram entre si, até Antígono se sobressair e derrotar os outros beligerantes, resultando na formação de uma coalizão contra Antígono Monoftalmo e seu filho e co-rei, Demétrio Poliórctes (WATERFIELD, 2012).

Em seu apogeu, esta quarta guerra dos sucessores resultou na batalha de Ipso em 301 a.C. na parte ocidental da Anatólia, na qual Lisímaco e Seleuco, auxiliados por um contingente de Cassandro, enfrentaram e venceram Antígono e Demétrio. Antígono faleceu nesta batalha, enquanto Demétrio conseguiu escapar, ele mantendo o controle sob várias ilhas em meio a uma partição dos territórios asiáticos de Antígono entre Lisímaco, Ptolomeu e Seleuco, ao passo que suas regiões na Grécia foram transferidas ao controle de Cassandro. Anos depois, Cassandro faleceu e no reino da Macedônia um conflito se instaurou. Com isso, Demétrio observou uma oportunidade e ele conquistaria a Macedônia por um curto período, até ser novamente derrotado,

desta vez por Lisímaco e Pirro, rei de Epiro. Eventualmente, Demétrio foi capturado por Seleuco, encerrando as suas pretensões e a Macedônia ficando sob o controle de Lisímaco (PLUTARCO, 1920).

Em seguida, Seleuco, o diádoco do então mais poderoso dos impérios desde a batalha de Ipsos, entrou em conflito contra Lisímaco em 285 a.C., derrotando-o quatro anos depois e prosseguindo com o intuito de ocupar a Trácia e a Macedônia. Uma vez que Lisímaco havia falecido em batalha, não havia resistência nestes locais para a ocupação selêucida, e este avanço resultaria na unificação do império alexandrita, com exceção do Egito que estava sob o controle do filho de Ptolomeu, Ptolomeu II Filadelfo e, as regiões do vale do Indo, as quais haviam sido cedidas por Seleuco ao império Máuria em 303 a.C. Todavia, Seleuco fora assassinado antes de seu avanço à Macedônia e o império selêucida, sob o comando de seu filho, Antíoco I, ficou limitado à Mesopotâmia e a grande parte da Anatólia. Nesse ínterim, após o fim do império de Lisímaco, inúmeras invasões celtas aconteceram na Macedônia, Grécia e Anatólia, e Antígono II Gônatas, neto de Antígono Monoftalmo e filho de Demétrio Poliórctes, derrotou os celtas na Macedônia e foi declarado rei (WATERFIELD, 2012).

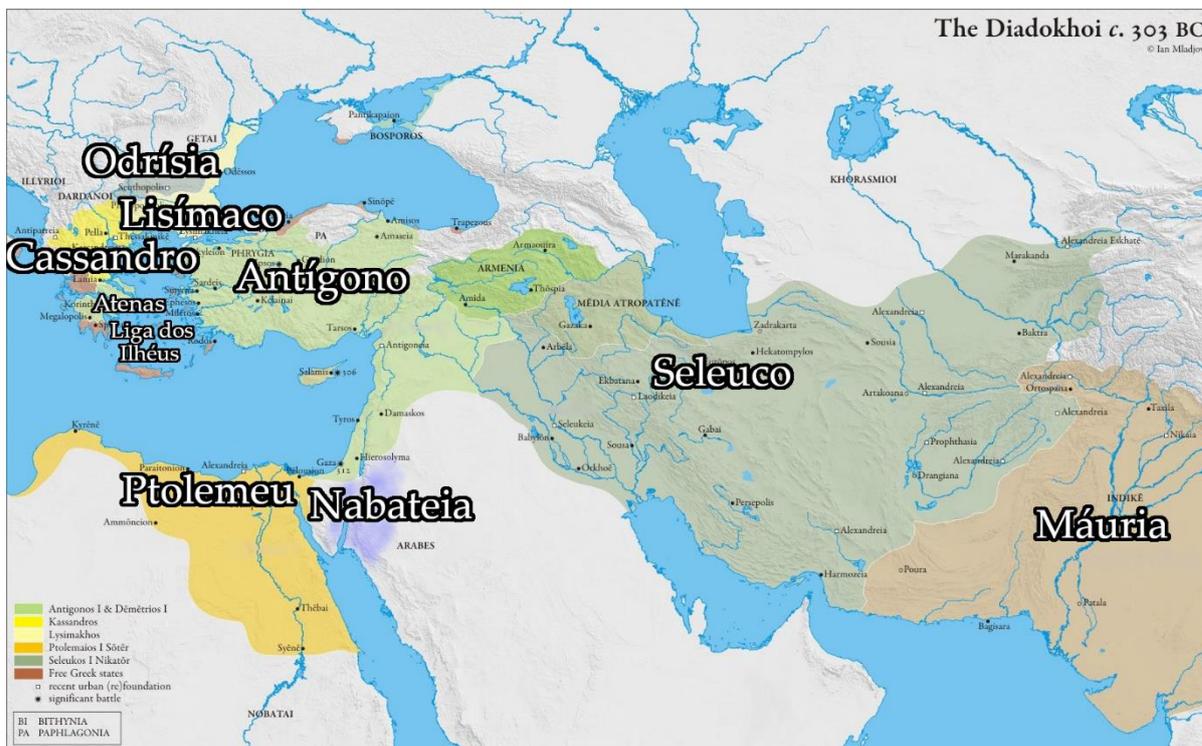
Após meio século de disputas, uma certa estabilidade fora alcançada. As três dinastias que sobreviveram às guerras dos diádocos foram a antigona, ocupando a Macedônia e a Grécia, a ptolemaica, ocupando o Egito, a Palestina e a Cirenaica, e a selêucida, controlando a Mesopotâmia, o Irã e partes da Anatólia. Por sua vez, a Síria foi palco de disputa entre estas duas últimas dinastias. Todas estas três foram longevas, a antigona existindo até 168 a.C., a selêucida até 63 a.C., e a ptolemaica até 30 a.C., estas duas superando a longevidade do império Aquemênida, por exemplo. Finalmente, cada uma destas foi derrotada e teve suas regiões anexadas por Roma nestas respectivas datas (WATERFIELD, 2016).

As características do sistema helenístico entre 312 a.C. e 301 a.C.

Nesta seção, investigar-se-á as características do sistema helenístico no período entre 312 a.C. e 301 a.C., sendo instrumentalizado o modelo de pesquisa de um Sistema Internacional proposto por Buzan e Little (2000). O recorte de 312 a.C. a 301 a.C. foi feito devido à relativa estabilidade, neste espaço-temporal, da balança de poder e das potências centrais ao sistema: os cinco reinos dos sucessores de Alexandre Magno. Isto posto, as unidades aqui trabalhadas são as seguintes, além destas cinco: o império Máuria, a cidade-estado de Atenas, a liga dos Ilhéus, o reino Odrísio e a Nabateia. Há de se destacar ainda, que estas não completam o sistema, visto que

um incontável número de cidades interagiu com elas, a Grécia e a Anatólia tornando-se efetivamente em campos de disputa entre os interesses das potências. Contudo, esta seleção suficientemente engloba a diversidade das unidades no sistema, com impérios, cidades-estado, federações, tribos nômades e tribos sedentárias sendo representadas.

Imagem 1: a divisão territorial em 303 a.C



Fonte: adaptado de Mladjov (2020). Disponível em: <https://sites.google.com/a/umich.edu/imladjov/maps>. Acesso em: 10/06/2020.

As unidades do sistema

Os impérios foram a classe de unidades dominante, em termos de poder e influência, neste sistema. Posto que a organização burocrática e administrativa do reino antigona foi espelhada nos outros reinos helenísticos, e como todos estes cinco eram semelhantemente centralizados em um único indivíduo macedônico, militar e carismático, será aqui detalhada somente a natureza interna do reino de Antígono Monoftalmo e seu filho, Demétrio Poliórctes, em adição ao império Máuria. Logo, deve ser notado que as conclusões a respeito deste reino antigona podem ser replicadas aos outros quatro impérios dos diádocos.

O Estado helenístico formado por Antígono Monoftalmo era complexo, profundo e de longo alcance. Exercendo um poder militar altamente centralizado, Antígono e seu filho

controlavam um imenso corpo administrativo e burocrático na Anatólia e Síria, eles dominando diversos povos e cidades de distintas naturezas internas. Antígono usava de um conselho de Estado formado por seus *philoi*, os quais eram consultados em questões importantes e tomavam posições e funções militares, diplomáticas, financeiras e administrativas. Em geral, o império antígono era composto por regiões controladas por governadores primariamente macedônios diretamente abaixo de Antígono, dinastias nativas vassalas ao império, e poleis gregas ligadas diplomaticamente a Antígono, mas com o mínimo de interferência interna sendo exercida sob elas. Ademais, importantes fortalezas, posições defensivas, contingentes militares, e forças navais, eram todas comandadas por diferentes militares diretamente sob o controle de Antígono e Demétrio, estes militares atuando de uma forma independente aos líderes provinciais (BILLOWS, 1997).

Como o núcleo de seus exércitos era dependente do recrutamento de soldados helênicos, Antígono procurou manter constante o seu acesso aos contingentes das cidades-estado gregas no mar Egeu e na costa oeste da Anatólia, criando uma liga helênica em que as cidades possuíam uma certa autonomia e não eram guarnecidas por soldados diretamente sob o comando de Antígono, mas em troca elas entregavam o controle de suas políticas externas a Antígono e eram requeridas a auxiliarem nos conflitos do império. Com isso, Antígono garantia a independência, em relação às questões domésticas, dessas cidades. Notavelmente, a maioria das intervenções de Antígono na arena doméstica em poleis gregas ocorreram por apelos das próprias cidades, e mesmo após a sua morte Antígono manteve a sua reputação com os gregos (BILLOWS, 1997).

Por outro lado, Antígono usou extensivamente de nativos da Anatólia em seus exércitos e na administração imperial: certos dinastas nativos, como os príncipes de Bitínia e Paflagônia, mantiveram as suas regiões, eles sendo vassalos do império e contribuindo aos esforços de guerra, e havia membros não-helênicos em seu conselho. Ademais, Antígono promoveu a formação de poleis nativas, fundou inúmeras cidades helênicas e colônias militares, como também praticou o sinecismo, unindo pequenas cidades em uma só com o intuito de fortalecer a coesão de certas regiões. Em geral, a prática aquemênida de sátrapas foi desenvolvida e avançada por Antígono. Também havia uma política econômica, com Antígono taxando os seus súditos, investindo em minas, cunhando a sua própria moeda e buscando novas fontes de renda, a exemplo de sua empreitada ao comércio de olíbano no mar Vermelho (BILLOWS, 1997).

Em suma, o reino antigona, apesar de estar situado em um contexto de constante conflito, desenvolveu uma complexa organização burocrática e administrativa, com Antígono e Demétrio possuindo o monopólio da força, a legitimidade sobre o território por meio da conquista, e a posição hierarquicamente superior a outras unidades políticas distintas. O reino antigona, similarmente aos outros quatro reinos de sucessores neste espaço-temporal e ao império Máuria, era um império totalmente soberano, e as práticas antigonas foram repetidas pelos reinos de Seleuco, Lisímaco, Cassandro e Ptolomeu em diferentes magnitudes (BILLOWS, 1997).

Todos os cinco *diadokhoi* chegariam a assumir a diadema, o símbolo helenístico da realeza, entre 306 a.C. e 304 a.C., e eles cunhariam moedas com seus próprios nomes, exceto Antígono, o qual cunhou suas moedas com o nome de Alexandre Magno. Além do mais, o poder destes cinco auto-proclamados reis era mais próximo de absoluto do que o poder dos dinastas aquemênidas e dos reis da Macedônia nos séculos anteriores, incluindo Alexandre Magno. A exemplo do que ocorria na Pérsia, o poder da dinastia argéada macedônica, apesar de não ser institucionalmente restrito, era na prática limitado pela existência de uma influente nobreza hereditária que possuía importantes territórios e um status diferenciado. No entanto, esta nobreza macedônica fragmentou-se após a morte de Alexandre e dos conflitos que disto se sucederam (BILLOWS, 1997).

No que lhe concerne, o império Máuria foi formado aproximadamente em 321 a.C., quando Chandragupta derrotou o reino Nanda. Em seguida, este império entraria em conflito contra governantes macedônios e mercenários helenos remanescentes das campanhas de Alexandre, eventualmente sendo vitorioso em cima de Seleuco ao fim do século IV a.C. O império não tinha uma organização administrativa uniforme e totalmente centralizada, pois havia regiões com um maior grau de independência do que outras. Conforme apontado por Thapar (2006), três diferentes padrões de administração estavam presentes simultaneamente: o Estado metropolitano, centralizado no comando de Chandragupta e seu sucessores; as áreas centrais, com uma certa delegação de poder; e as regiões periféricas, nas quais o controle era primariamente local.

Nas regiões metropolitanas da planície do Indo-Ganges, incluindo a capital imperial, certos focos do controle estatal eram: a arrecadação de fundos, o investimento em estradas e casas, e a aproximação entre as cidades, com o intuito de nutrir o comércio e arrecadar fundos

para a manutenção do exército. Em seu turno, as províncias centrais eram aquelas imediatamente após as regiões metropolitanas, sendo estas exploradas de uma forma heterogênea, cada província sendo reestruturada de uma forma específica, de modo a contribuírem ao império de acordo com suas características geográficas e seus recursos. Por fim, as áreas periféricas observavam pouca intervenção estatal, os oficiais do Estado possivelmente tendo fracos laços com os chefes locais e coletando quaisquer tipos de proveitos disponíveis. Nesta lógica, o império não introduziu novas formas de administração nas regiões periféricas, ele apenas usufruindo do que já estava estabelecido previamente. Adicionalmente, em matéria de diversidade, o império Máuria era composto por inúmeras culturas distintas, incluindo iranianos zoroastras, gregos e budistas (THAPAR, 2006).

Entre as próprias unidades imperiais neste sistema já se observa uma alta diferenciação em termos de seus arranjos institucionais. Sem embargo, a diferenciação em termos de função, ou seja, em termos de soberania no sistema, só começa a ser notada no próximo tipo básico de unidade: a cidade-estado. Tal como mencionado, as unidades a serem pesquisadas são a cidade-estado de Atenas e a liga dos Ilhéus, uma federação composta por diversas cidades gregas situadas no grupo de ilhas Cíclades, no mar Egeu.

Após a morte de Alexandre Magno, Atenas e grande parte das cidades gregas que haviam sido avassaladas por Filipe II, pai de Alexandre, rebelaram contra o domínio macedônico, dando início à guerra lamiaca. Esta rebelião foi rapidamente derrotada e Atenas se rendeu incondicionalmente, ela recebendo uma guarnição sob o comando de Antípatro em 322 a.C. Posteriormente, esta cidade se viu controlada por Cassandro, ele unilateralmente colocando Demétrio de Falero no governo da pólis de 317 a.C. em diante. Neste período, Atenas, sob o governo de um indivíduo leal à Cassandro, continuava subjugada ao domínio estrangeiro, e a presença da guarnição macedônica assegurava a lealdade da cidade à Demétrio de Falero. Enquanto isso, forças atenienses repetidamente auxiliaram Cassandro em seus conflitos (WATERFIELD, 2012).

Em 307 a.C. o império antigona conquistou a cidade e Demétrio de Falero fora expulso, ocorrendo a restauração da democracia ateniense e a eliminação da guarnição estrangeira pela primeira vez desde 322 a.C. Em função disso, os atenienses afirmaram uma aliança formal com Antígono, concedendo inúmeras honras a ele e a seu filho. Nos anos seguintes, Atenas e o império antigona combateram juntos contra Cassandro, até que por fim Demétrio Poliórcetes

conseguiu expulsá-lo da Grécia e o forçou a se retirar à Macedônia, no ano de 304 a.C. Dois anos depois, Antígono fundou uma liga helênica, na qual todos os seus membros reiteraram as alianças entre si e concordaram em esforços mútuos para a derrota de Cassandro. Porém, essa liga foi desmantelada após a morte de Antígono em 301 a.C. (WATERFIELD, 2012).

Como exposto, Atenas presenciou dois distintos arranjos internos no período analisado, de 312 a.C. a 301 a.C., como também deixou de ser um domínio de outra unidade no sistema, ao ter a sua total soberania reconquistada. Há de salientar que a aliança de Atenas com Antígono, semelhantemente às alianças de Antígono com inúmeras outras cidades gregas - a exemplo de Rodes e Samos - eram usadas por Antígono com o intuito de aumentar a sua esfera de influência e direcionar a política externa destas cidades por meio das cláusulas acordadas (BILLOWS, 1997). No que concerne a seu sistema político interno, foi introduzido um acesso limitado, por níveis de renda, à participação política dos cidadãos no período de Demétrio de Falero, o qual dependia de Cassandro para governar. Adicionalmente, as instituições democráticas foram sabotadas, ocorrendo um *de facto* governo oligárquico até a liberação da cidade em 307 a.C., pelo qual se viu o retorno da velha democracia na pólis e a não interferência externa a seus arranjos internos. Logo, Atenas experimentou a oligarquia e a democracia neste espaço-temporal (BAYLISS, 2012).

A liga dos Ilhéus, por sua vez, tinha um arranjo interno singular. Sendo uma federação de várias cidades-estado gregas e suas ilhas no mar Egeu (KOEHN, 2012), ela era comandada por um líder estrangeiro, o qual era nomeado por Antígono. Imediatamente inferior a este líder estava o *synedrion*, um conselho de representantes nomeados pelas ilhas-membros e que possuía o poder de requisitar contribuições financeiras das ilhas participantes e infligir punições. Notavelmente, o cidadão de uma ilha tinha os mesmos direitos nas outras, a liga não sendo uma liga de estados aliados, mas sim um completo estado federativo. Em termos diplomáticos, ela era um *de facto* domínio do império antigona, a federação declarando Antígono como rei e tendo suas forças navais comandadas por ele e seu filho. Todavia, nota-se que não ocorreu uma interferência nas leis domésticas das ilhas, como também nenhuma guarnição estrangeira fora instalada por Antígono (BILLOWS, 1997).

A última classe de unidades neste sistema helenístico é a tribo, aqui sendo abordado o reino Odrísio, composto por tribos sedentárias, e os Nabateus, uma tribo nômade. O reino Odrísio era uma união de várias tribos da Trácia sob a dinastia da tribo odrísia. Centros urbanos eram comuns em seu território, e não havia uma fragmentação política e geográfica na região,

algo que era característico dos gregos. Neste sentido, apesar do rei dos Odrísios Seuthes III, durante o período analisado, ser mencionado individualmente pelos historiadores, a organização política do reino era complexa, havendo uma condução coletiva deste Estado pelas elites tribais, uma casta de líderes baseados em diferentes cidades (ARCHIBALD, 2003). Imediatamente após a morte de Alexandre, foi entregue a Lisímaco a província da Trácia durante a partição da Babilônia. Contudo, a região precisava ser reconquistada e Lisímaco derrotou Seuthes III, tornando o reino Odrísio em seu domínio. Durante as guerras dos diádocos, este reino se rebelou contra Lisímaco sob o incentivo de Antígono, sendo derrotado novamente e retornando a ser um vassalo deste rei macedônico (DELEV, 2015).

Por fim, os Nabateus, presentes ao longo da costa do mar Vermelho e em Hejaz, eram liderados por um conselho de anciãos ao fim do século IV a.C., enquanto a presença de um rei já é aludida pelas fontes históricas primárias no século seguinte (GRAF, 2006). Com um forte braço militar, eles possuíam um monopólio das rotas de comércio na região, e este povo ainda era primariamente nômade neste período (ELLIOT, 1996). De 312 a.C. em diante os Nabateus guerrearam contra Antígono, derrotando três distintas incursões e impedindo a dinastia antigona de explorar a rota de comércio da região e os recursos do mar Vermelho. Durante estes enfrentamentos a troca de mensagens entre as duas unidades políticas foi constante, eles usando do aramaico, a língua franca na Palestina e em Hejaz nesta época (BILLOWS, 1997).

A capacidade de interação, os processos e a estrutura sistêmica

Entre o início da invasão de Alexandre ao império Aquemênida e a batalha de Ipso em 301 a.C., não se verifica mudanças tecnológicas notáveis a ponto de se drasticamente alterar a capacidade de interação do sistema em questão. Por outro lado, os resultados socioculturais da invasão macedônica ao império Aquemênida foram profundos, criando uma ponte entre os helenos e os nativos da Ásia e do Egito, apesar de que, tais interações já ocorressem anteriormente em menor escala. Sem embargo, a conquista macedônica intensificou o intercâmbio cultural, não ocorrendo uma eliminação das culturas nativas, mas sim um amalgamento da cultura greco-macedônica com as diversas culturas locais (ALMEIDA; CAVALCANTI, 2019). Enquanto isso, o grego virou a língua franca na maioria das regiões e a cultura da pólis foi crescentemente incorporada pelos nativos (CHRUBASIK; KING, 2017).

Fator de grande importância, também, foram as características específicas dos cinco *diadokhoi*: todos militares, macedônios, veteranos das campanhas de Alexandre e que se

conheciam pessoalmente. Isto intensificou as interações entre seus respectivos impérios, diminuindo as distâncias entre eles e permitindo a vigência de uma balança de poder que incorporava a maior parte do mundo conhecido por eles. Nesta perspectiva, a própria ambição destes sucessores foi um fator importante, seus interesses não sendo limitados pelo o que fora acordado na partição da Babilônia em 323 a.C. Logo, o que estava por trás da conexão no setor político-militar entre estes cinco impérios não eram apenas fatores tecnológicos ou apenas o intercâmbio cultural após o fim do império Aquemênida. Isto não significa que estas questões não foram decisivas à intensificação das interações em um nível local, elas tendo um efeito notável nos setores sociocultural e econômico deste sistema.

Entrementes, no setor político-militar um dos mais importantes fatores por trás da alta capacidade de interação vista neste sistema helenístico, até 301 a.C., foi a presença de indivíduos ambiciosos que fundaram impérios e procuraram se sobressair, em relação a seus rivais. Nota-se que após a morte destes diádocos, as interações neste setor político-militar foram enfraquecidas e perderam alcance, isto mesmo no caso das três dinastias sobreviventes, a antigona, a selêucida e a ptolemaica. Enquanto isso, contatos diplomáticos ocorreram repetidas vezes entre 312 a.C. e 301 a.C., como no caso da formação da coalizão em 303 a.C.: sendo expulso da Grécia por Antígono, Cassandro requisitou o auxílio de Lisímaco, e os dois em seguida entraram em contato com Seleuco e Ptolomeu. No final, eles decidiram não só por uma aliança anti-antígona, mas também pela própria estratégia militar que procurariam instrumentalizar durante a guerra, e isto se realizou destarte a distância entre os territórios de Lisímaco, na Trácia, e Seleuco, na Babilônia, ser superior a 2000 quilômetros. No auge desse conflito, o quarto confronto entre diádocos em duas décadas, estes dois *basileus* uniram seus exércitos, Seleuco trazendo 500 elefantes que ele havia ganhado do império Máuria no tratado de paz entre os dois Estados (BILLOWS, 1997), e Antígono, denominado por Plutarco como o mais velho e mais poderoso dos diádocos (PLUTARCO, 1920), fora finalmente derrotado.

Inúmeros processos de um caráter político-militar foram observados neste sistema. A diplomacia, como uma instituição, demonstra o interesse por unidades políticas a atuarem dentro de uma estrutura mutuamente reconhecida (BUZAN; LITTLE, 2000). Neste período, a diplomacia era profundamente complexa, várias unidades tendo uma forma de representação diplomática permanente. Adicionalmente, além de coalizões como a de 314 a.C. – 311 a.C. e a de 303 a.C. – 301 a.C., verifica-se a presença de alianças com específicas cláusulas, tratados de paz,

negociações e encontros, a norma de *uti possidetis*, o intercâmbio de presentes diplomáticos, e a entrega de ultimatos (BILLOWS, 1997).

Três outros importantes processos formadores nesta época foram o ideal de *eleutheria*, a legitimidade pela conquista e a balança de poder. *Eleutheria*, traduzido para “liberdade”, foi um termo que sofreu mudanças em seu significado antes e durante o período helenístico. De início, as unidades políticas gregas consideravam que a liberdade e a independência eram alcançadas exclusivamente quando nenhuma restrição era vista à sua organização, às suas atividades e à sua sociedade como um todo, isto incluindo a política externa de uma respectiva cidade. Não obstante, inicialmente devido às hegemonias espartanas e atenienses, e posteriormente devido à hegemonia macedônica e os *diadokhoi*, a liberdade das cidades gregas, em termos de política externa e também em suas questões domésticas, foi continuamente restringida, a ponto da própria noção de *eleutheria* ser alterada: esta palavra tornou-se próxima de ser um sinônimo da palavra grega *autonomia*, ao fim do quarto século a.C. (BILLOWS, 1997). O resultado foi que, em virtude da incapacidade destas cidades em resistirem aos avanços imperialistas, seja dos macedônios ou das cidades proeminentes, a interferência na política externa das poleis tornou-se em uma norma neste Sistema Internacional.

Considerando o interesse destas cidades, de não interferência em seus funcionamentos internos, elas sendo autônomas, mas não totalmente independentes, elas fortemente repudiavam e procuravam resistir à imposição externa de uma oligarquia ou tirania, a exemplo daquelas impostas por Cassandro. As numerosas alianças que Antígono formou com poleis gregas devem ser analisadas neste contexto, ele mantendo suas autonomias e, por conseguinte, sendo percebido como um libertador destas unidades políticas (BILLOWS, 1997).

Quanto a legitimidade da conquista, a legitimidade do conquistador militar era algo reconhecido. Nesta visão, aquele que militarmente conquistou um território se tornava no legítimo soberano deste território, estas terras sendo transferidas de forma hereditária a seu sucessor. Este processo formador era anterior aos *diadokhoi*, posto que Alexandre Magno e Filipe II ambos aludiram a ele, e os sucessores prosseguiram com a noção da terra conquistada pela lança. Ainda, prévias conquistas militares de um território rebelde tornavam legítima, na visão destes *basileus*, a reconquista pela dinastia, isso mesmo no caso de um rei reconquistando um território perdido por seu antecessor. Por esta questão da legitimidade da terra tomada pela lança, os cinco sucessores eram percebidos como legítimos governantes de suas regiões, apesar de eles

serem estrangeiros em terras distantes. Logicamente, rebeliões locais aconteceram, mas sem necessariamente terem reivindicações à legitimidade percebidas como superiores à dos cinco sucessores (HAMMOND, 1996).

Em similar medida, como os agentes neste sistema constantemente co-atuavam estrategicamente, observando as interações entre terceiros e calculando os resultados indiretos de cursos de ação de outras unidades para a sua própria sobrevivência (BUZAN; LITTLE, 2000), surgiu, em meio a este intenso contexto diplomático, uma lógica da balança de poder. Em seu centro estavam os cinco reinos dos diádocos, e as interações destes com as unidades periféricas certamente foram impactadas por esta dinâmica na balança de poder, resultando, assim, na predominância da política de poder no sistema.

De 312 a.C. a 301 a.C. verifica-se inúmeros cursos de ação dirigidos por esta lógica. A título de exemplo, a política econômica de Antígono e suas empreitadas no mar Vermelho tiveram como intuito o enfraquecimento do poder ptolemaico, enquanto por trás de sua relação com as cidades gregas estava a tentativa de usurpar a influência de Cassandro na região. Ademais, o ponto fundamental que levou à formação das duas coalizões neste espaço-temporal foi a análise, por parte de Seleuco, Ptolomeu, Cassandro e Lisímaco, que o poder antigona ameaçava a sobrevivência de cada um de seus reinos, isto antes mesmo de Antígono agir de forma beligerante. Em uma ótica neorrealista, com um desequilíbrio na balança de poder, naturalmente as peças se moveram, formando uma coalizão e restabelecendo o equilíbrio. Décadas depois, o mesmo ocorreria novamente, com Lisímaco e Ptolomeu se aliando contra Seleuco.

Desta maneira, apesar de estar presente a lógica da hierarquia no sistema, primariamente entre estes reinos centrais e as unidades periféricas, a lógica da anarquia prevaleceu, os polos do sistema sendo soberanos, militarmente poderosos, e atuando por meio de um cálculo que levava em conta a balança de poder. Complementando, posto que sucedeu constantes contatos entre os polos a longas distâncias, este Sistema Internacional fora caracterizado por sua notável bidimensionalidade, e os cinco reinos interagiram entre si incessantemente, inclusive aqueles que não eram vizinhos entre si, como o reino de Seleuco e o reino de Lisímaco. Ainda, as interações destes diádocos com as outras unidades não eram limitadas à proximidade de suas fronteiras, com Antígono se aliando temporariamente com o reino Odrísio, por exemplo, e Ptolomeu buscando alargar a sua esfera de influência na Grécia de 311 a.C. em diante.

Por estas questões, este sistema helenístico se caracteriza por ser, de fato, um completo Sistema Internacional, com um elevado grau de interações no setor político-militar e composto por diversas classes de unidades, havendo também uma grande diferenciação em termos de arranjos internos e de níveis de soberania. Outrossim, a lógica da hierarquia esteve presente, os impérios sendo hierarquicamente superiores, em distintos níveis, a uma vasta gama de outras unidades. Em contrapartida, como havia diversas unidades soberanas e, inclusive, seis distintos impérios, a lógica da anarquia prevaleceu no centro deste Sistema Internacional, a balança de poder sendo um dos mais importantes processos formadores por trás do sistema e do comportamento destas unidades.

Consequentemente, certas características básicas de um Sistema Internacional neorrealista estavam presentes neste sistema helenístico, a exemplo de outros sistemas da antiguidade, a divergência sendo principalmente a diversidade das unidades e a presença de uma hierarquia entre algumas destas (BUZAN; LITTLE, 2000). Ademais, podemos verificar no período investigado a predominância da política de poder e das interações no setor político-militar e, por todos estes fatores, este Sistema Internacional é passível de contribuir às abordagens realistas de Relações Internacionais, a exemplo de análises do impacto, na estabilidade de um sistema, da configuração estrutural multipolar desequilibrada, configuração característica deste sistema helenístico, com o reino de Antígono se sobressaindo em relação aos outros quatro polos.

Tendo definido o sistema dos diádocos ao fim do século IV a.C., a problematização da explicação do funcionamento deste específico sistema é algo para outra pesquisa. Seja como for, está claro que a vertente vestfaliana negligencia Sistemas Internacionais diversos, os quais, ao serem objeto de pesquisa dentro da disciplina das Relações Internacionais, são passíveis de nos produzirem inferências a respeito da evolução e do funcionamento de Sistemas Internacionais, suas unidades, as interações entre os atores, a estabilidade sistêmica, e os efeitos das normas, valores e regras compartilhadas. Diante disso, a própria análise crítica da História contribui com a disciplina por meio de uma investigação da evolução dos sistemas ao longo dos séculos, não se tomando o Sistema Internacional do século XX e XXI como estático e imutável.

Sem embargo, quando ocorrem, estas pesquisas de tais sistemas de outras épocas são comumente instrumentalizadas por meio de uma análise anacrônica atrelada à noção de ahistoricidade, sendo aplicadas noções como soberania e legitimidade sem a devida distinção histórica. O resultado é que pesquisadores rotineiramente ignoram a diversidade de unidades e as

características fundamentais de sistemas de outrora, generalizando as suas conclusões para toda a gama de sistemas ao longo da história. Isto é uma abordagem problemática, uma vez que “o Sistema Internacional moderno não fornece as bases explicativas para compreender as relações externas desencadeadas na Antiguidade” (TEIXEIRA; SCOTELARO, 2018, p. 91). Por meio de nossa investigação, é evidente as singularidades do Sistema Internacional helenístico, ele sendo caracterizado pela sua bidimensionalidade, por sua alta capacidade de interação, pela presença concomitante da lógica da anarquia e da hierarquia, por inúmeras normas internacionais, por sua diversidade de unidades, e pela intensidade das interações político-militares em virtude das ambições dos diádocos. Portanto, não necessariamente a ele se aplicam conclusões produzidas por estudos do sistema pós-Vestfália. Em última instância, o que é necessário é uma perspectiva histórica universalista, e por ela a história pode ser instrumentalizada a ponto de contribuir aos estudos das Relações Internacionais como um todo.

Considerações finais

Neste trabalho analisamos a tendência vestfaliana na disciplina de Relações Internacionais, sendo identificado que ela negligencia parte significativa da história como um objeto de análise por meio de uma definição estreita do conceito de Sistema Internacional. Por meio de uma abordagem proposta por Buzan e Little (2000), procuramos detalhar as características fundamentais do sistema helenístico ao fim do século IV a.C., se observando as suas singularidades.

Concluimos que este sistema era de fato um Sistema Internacional completo, com inúmeros importantes processos formadores e um alto grau de interação nos três setores, o econômico, o sociocultural, e principalmente no político-militar. Ademais, as unidades eram diversificadas, ocorrendo uma grande diferenciação funcional e, inclusive, em termos de seus arranjos internos. Com isso, observamos não apenas a presença da lógica da hierarquia, mas também a da anarquia, tendo em vista a presença de vários impérios participando em uma balança de poder, e o resultante foi a predominância da política de poder entre as unidades.

Notando-se as singularidades deste sistema helenístico, principalmente em comparação ao sistema pós-Vestfália segundo as abordagens tradicionais, conclui-se que a investigação de Sistemas Internacionais de outrora é passível de contribuir à disciplina de Relações Internacionais, sendo necessária a revisão do paradigma vestfaliano e da tendência ao ahistoricismo. Somente por meio deste desenvolvimento que se é possível produzir uma

perspectiva histórica universalista, na qual a evolução dos Sistemas Internacionais ao longo dos séculos é em si um importante objeto de estudo para a disciplina. Finalmente, em função da presença, neste sistema helenístico, de características semelhantes, porém não idênticas, àquelas do Sistema Internacional moderno segundo a abordagem realista, esta superação da tendência vestfaliana se apresenta como fundamental para a ampliação do escopo de estudos desta respectiva vertente teórica.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Vitor; CAVALCANTI, Juliana. Caminhos históricos para o domínio helenístico sobre Jerusalém. **NEARCO – Revista eletrônica de antiguidade e medievo**, v. 12, p.175-195, 2019.
- ARCHIBALD, Zosia. Space, hierarchy, and community in archaic and classical Macedonia, Thessaly and Thrace. *In*: BROCK, Roger. **Alternatives to Athens: varieties of political organization and community in ancient Greece**. [S.l.]: Oxford University Press, 2003.
- BAYLISS, Andrew. **After Demosthenes: the politics of early Hellenistic Athens**. [S.l.]: Bloomsbury Academic, 2012.
- BILLOWS, Richard. **Antigonus the One-Eyed and the creation of the Hellenistic state**. [S.l.]: University of California Press, 1997.
- BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. **International systems in world history: remaking the study of International Relations**. [S.l.]: OUP Oxford, 2000.
- CARVALHO, Benjamin; LEIRA, Halvard; HOBSON, John. The big bangs of IR: the myths that your teachers still tell you about 1648 and 1919. **Millennium – Journal of International Studies**, v. 39, n. 3 p.735-758, 2011.
- CHRUBASIK, Boris; KING, Daniel. **Hellenism and the local communities of the eastern Mediterranean: 450 BCE-250 CE**. [S.l.]: Oxford University Press, 2017.
- DELEV, Peter. Thrace from the assassination of Kotys I to Koroupedion (360-281 BCE). *In*: VALEVA, Julia. **A companion to ancient Thrace**. [S.l.]: Wiley-Blackwell, 2015.
- ELLIOT, Jack. The Nabatean synthesis of Avraham Negev. *In*: SEGER, Joe *et al.* **Retrieving the past: essays on archaeological research and methodology in honor of Gus W. Van Beek**. [S.l.]: Eisenbrauns, 1996.
- GRAF, David. The Nabateans in the early Hellenistic period: the testimony of Posidippus of Pella. **Topoi. Orient-Occident**, v. 14, n. 1, p.47-68, 2006.
- HAMMOND, Nicholas. The Macedonian imprint on the Hellenistic world. *In*: GREEN, Peter. **Hellenistic history and culture**. [S.l.]: University of California Press, 1996.
- KOEHN, Clemens. League of islanders (Nesiotic league). *In*: BAGNALL, Roger *et al.* **The Encyclopedia of Ancient History**. [S.l.]: Wiley-Blackwell, 2012.
- MINGST, Karen; ARREGUÍN-TOFT, Ivan. **Essentials of International Relations**. [S.l.]: W.W Norton, 2018.

- MLADJOV, Ian. **Historical Maps**. Ian Mladjov's resources. 2020. Disponível em:<<https://sites.google.com/a/umich.edu/impladjov/maps>>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- MORGENTHAU, Hans. **Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teorias das Relações Internacionais: correntes e debates**. [S.]: Campus, 2005.
- OSIANDER, Andreas. Sovereignty, International Relations, and the Westphalian myth. **International Organization**, v. 55, n. 2, p.251-287, 2001.
- PLUTARCO. **Lives: Demetrius and Antony, Pyrrhus and Gaius Marius**. Tradução por Bernadotte Perrin. Loeb Classical Library: London, 1920.
- ROMM, James. **Ghost on the throne: the death of alexander the great and the war for crown and empire**. [S.]: Knopf, 2011.
- SANT ANNA, Henrique. Antígono versus Eumenes ou a luta pela supremacia política nos primórdios da história helenística, 323-301 a.C.. **Opsis**, v. 12, n. 2, p.232-246, 2012.
- SCHMIDT, Brian. Competing realist conceptions of power. **Millennium – Journal of International Studies**, v. 33, n. 3, p. 523-549, 2005.
- SCHWELLER, Randall. **Deadly imbalances: tripolarity and Hitler's strategy of world conquest**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1998.
- SNIDAL, Duncan. The limits of hegemonic stability theory. **International Organization**, v.39, n. 4, p.579-614, 1985.
- TEIXEIRA, Rodrigo; SCOTELARO, Marina. Os princípios do sistema internacional no Oriente Próximo antigo: redistribuição e reciprocidade. **Estudos Internacionais**, v. 6, n. 2, p.79-93, 2018.
- THAPAR, Romila. The Mauryan Empire in early india. **Historical Research**, v. 79, n. 205, p.287-305, 2006.
- WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Long Grove, IL: Waveland Press Inc., 2010.
- WATERFIELD, Robin. **Dividing the spoils: the war for Alexander the great's empire**. [S.]: Oxford university press, 2012.
- WATERFIELD, Robin. **Taken at the flood: the roman conquest of greece**. [S.]: Oxford university press, 2016.
- WATSON, Adams. **The evolution of international society**. London: Routledge, 1992.